

EDUCAÇÃO E CAPITAL: Ensino de História e escola através do marxismo

Werbeth Serejo Belo

É fundamental a compreensão das relações entre os sujeitos históricos no âmbito da complexidade das relações capitalistas. O proletariado enquanto classe é a grande ferramenta de produção de valor em sociedade, segundo Marx. Portanto, movedora da engrenagem que produz lucro constante à classe burguesa.

Essa rápida constatação nos permite afirmar que a apropriação do trabalho realizada pelo capital aprisiona o trabalhador às relações de produção, de modo que este fica impossibilitado de ter uma formação que o faça ter consciência de classe em si e para si, culminando no chamado processo de alienação.

O trabalhador é visto pelo capitalista como simples capital variável, isto é, força de trabalho, a ser utilizado no momento da produção do processo de reprodução do capital. Portanto, seu trabalho é ferramenta necessária à acumulação de capital. Isto é, o caráter humanitário do trabalhador está subsumido às determinações de sua função social enquanto classe em si.

Nesta dinâmica de reprodução do capital, Marx analisa o indivíduo a partir da teoria do valor – trabalho, isto é, como força de trabalho alienado. No entanto, é preciso destacar que, para Marx, o trabalhador deve buscar sua emancipação através da revolução, isto é, por meio da apropriação dos meios de produção. Neste processo revolucionário, a educação é fundamental, haja vista a necessidade de uma formação para a tomada do poder através da apropriação dos meios de produção, que são vitais para o processo de reprodução do capital e, por conseguinte, ferramenta – na sociedade burguesa – de exploração dos trabalhadores. Assim, na sociedade capitalista, o indivíduo “aparece desprendido dos laços naturais” (MARX, 2011, p.39).

Em análise feita por Marx da relação geral entre produção, distribuição, troca e consumo, o indivíduo (enquanto trabalhador) é analisado sob a perspectiva de parte integrante deste processo, como meio de produção, desligado das suas vontades enquanto ser social que possui necessidades para além daquele processo, ou seja, “um indivíduo que participa da produção na forma de trabalho assalariado participa na forma do salário nos produtos, nos resultados da produção”, este indivíduo, portanto, “originalmente (...) não tem nenhum capital, nenhuma propriedade (...)” (MARX, 2011, p.44). Assim, o sujeito é coisificado no processo de reprodução do capital e “o caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo

na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa” (MARX, 2011, p.105).

É na troca que o indivíduo alcança sua conexão social. Haja vista que,

A dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social. Essa conexão social é expressa no *valor de troca*, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo devem uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca*, ou este último por si isolado, individualizado, dinheiro (MARX, 2011, p.105).

Dessa forma, é nítido que o caminho percorrido por Marx para analisar o indivíduo em sociedade a partir das relações sociais de produção, sendo a teoria do valor trabalho peça fundamental neste processo analítico ontológico. Assim, vejamos: o trabalho é a mola propulsora da produção – o trabalho é o que de fato interessa ao capitalista, não o trabalhador. Neste processo de coisificação do trabalhador, ocorre a humanização do capital como expoente que merece maior atenção, haja vista que a reprodução ampliada do capital deve ser constante e o dinheiro é a representação de valor universal que mantém esta engrenagem.

Além disso, o dinheiro como equivalente universal serve ao trabalhador como valor de troca. Segundo Marx, o trabalhador pode acumular dinheiro a partir do momento que recebe a moeda como valor de troca, portanto, o trabalhador “renuncia ainda mais ao repouso, renuncia completamente ao seu ser como algo separado de seu ser como trabalhador e, na medida do possível, só é como trabalhador” (MARX, 2011, p.223). Portanto, o trabalho emerge como *conditio sine qua non* à existência do trabalhador enquanto ser. Portanto,

Ao fazer da riqueza a sua finalidade, em lugar do valor de uso, o trabalhador, portanto, não só não alcançaria nenhuma riqueza, mas perderia, além disso, o valor de uso na compra. Pois, de modo geral, o máximo de laboriosidade, de trabalho, e o mínimo de consumo – e esse é o máximo de sua renúncia e de seu poder de fazer dinheiro – não poderiam levar a mais nada senão a que o trabalhador recebesse um mínimo de salário por um máximo de trabalho (MARX, 2011, p.224).

Nesse processo de subsunção real do trabalho ao capital e de alienação do trabalhador, se faz de extrema necessidade e de caráter urgente a emancipação do trabalhador por meio da revolução, sendo somente por meio desta que o trabalhador

poderá se livrar das amarras em que estão presos na lógica de reprodução do capital. Neste sentido, Rosa Luxemburgo (2015) aponta que “é por mover-se o desenvolvimento capitalista através de contradições que o proletariado (...) deve apossar-se do poder político e suprimir completamente o sistema capitalista” (LUXEMBURGO, 2015, p.105).

No entanto, para que possa tomar o poder político, a classe trabalhadora deve desenvolver a sua consciência de classe em si e para si para organizar a ação que a possibilitará tomar os meios de produção de posse da classe burguesa. Neste sentido, Lenin (2010) exalta a necessidade de formação teórica alinhada à prática política. As instituições de formação e representação dos trabalhadores possuem um papel central nesta formação, isto é, a educação funciona como educação política capaz de organizar a luta dos trabalhadores.

Lenin, ao fazer esta abordagem, não inaugura o princípio da união trabalho e ensino, Marx e Engels já haviam feito esta análise em algumas de suas publicações. É importante destacar que estes não elaboraram nenhuma proposta pedagógica específica à educação proletária, no entanto, ao longo de suas análises, estão presentes críticas que perpassam pelo modo de produção e pela situação da classe trabalhadora frente ao projeto de educação burguesa. Isto é, a análise da educação feita por ambos não está descolada do modo de produção, pelo contrário, é a partir da análise do modo de produção capitalista que é possível analisar a questão educacional. A educação pode ser considerada uma ferramenta que garante a perpetuação da dominação da classe trabalhadora. Assim, considera-se fundamental a emancipação da classe trabalhadora por meio de um modelo de escola que possibilite ao proletariado conhecer todo o processo de produção e ainda ter uma formação de cultura geral, neste sentido a concepção de escola unitária elaborada por Gramsci supre as necessidades supracitadas.

Partimos então deste princípio para dar prosseguimento às análises: a escola é uma ferramenta de dominação da classe trabalhadora, assim, requerendo atenção neste momento do nosso trabalho, de modo que esta análise deve estar centralizada na função social da escola no âmbito das relações do sociometabolismo do capital no Estado capitalista.

A escola ganha um caráter central na formação dos trabalhadores como sujeitos históricos conscientes capazes de uma ação política organizada que possa definir o processo de subsunção real do trabalho ao capital. No entanto, a escola enquanto instituição diretamente vinculada ao Estado Restrito emerge como instituição em que há

a reprodução de interesses da classe burguesa às novas gerações perpetuando, assim, a lógica de reprodução do capital ideologicamente. Assim,

Não se pode entender a educação, ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social sem inseri-la no contexto em que surge e se desenvolve, notadamente nos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe (LOMBARDI, 2010, p.222).

José Claudinei Lombardi, em tese de doutoramento defendida em 2010 na Unicamp, se propõe a analisar a educação e o ensino nas obras de Marx e Engels, apresentando o posicionamento destes durante o século XIX a respeito da escola, como instituição que garante a dominação burguesa.

No entanto, como mencionado anteriormente, a análise do modo de produção é central nas abordagens feitas por Marx e Engels, pois é a partir da análise do modo de produção que se pode perceber “o processo de desenvolvimento real dos homens, realizado sob condições historicamente determinadas” (LOMBARDI, 2010, p.229).

Então, Lombardi (2010) analisa a educação a partir da sua relação com o modo de produção capitalista partindo do princípio de que,

A educação é um campo da atividade humana e os profissionais da educação não construíram esse campo segundo ideias próprias, mas em conformidade com condições materiais e objetivas, correspondendo às forças produtivas e relações de produção adequadas aos diferentes modos e organizações da produção, historicamente construídas pelos homens e particularmente consolidadas nas mais diferentes formações sociais (LOMBARDI, 2010, p.231)

A partir deste princípio que se delineiam as análises marxianas e engelsianas sobre a educação e o ensino no Estado burguês. Marx e Engels, assim, analisam a situação da classe trabalhadora em todas as dinâmicas da reprodução do capital de modo que perpassam pela condição de trabalho das crianças nas fábricas durante o século XIX.

Naquele momento as crianças e as mulheres são inseridas na produção industrial como forma de garantir o sustento familiar, já que a revolução industrial – a partir da inserção de máquinas – altera a lógica do mais valor. O mais valor absoluto acaba por ser reduzido pela exploração dos trabalhadores na forma de mais valor relativo, ou seja,

a exploração do trabalhador ocorre por meio do aumento da produtividade gerada pela inserção das máquinas e não mais pelo aumento das horas de trabalho.

Neste sentido, a divisão do trabalho se altera e as crianças passam a ser fundamentais em determinados setores da produção, por exemplo, no manejo e tratamento dos fios para posterior utilização na produção de tecidos que fica a cargo da mão de obra adulta masculina.

É importante destacar que a mão de obra infantil gera uma ampliação do mais valor absoluto: as crianças trabalhavam cerca de doze horas e recebiam menos por hora de trabalho que os homens adultos. Mesmo com as leis fabris, fruto da luta do proletariado, a exploração de crianças se dinamizava cada vez mais a partir de uma série de aspectos das leis que permitiam brechas para ação da burguesia. Um aspecto importante das leis fabris que poderia ter amenizado a exploração infantil seria a obrigatoriedade do ensino às crianças. No entanto, a escola formada a partir daquele momento tem como sustentáculo os interesses da classe burguesa e acaba por consolidar sua dominação de modo que tem como pilar o ensino profissionalizante.

Marx e Engels não negam a educação com base no trabalho, mas reformulam esta concepção para uma lógica de conhecimento de todas as fases do meio de produção para a classe trabalhadora, o que será conhecido como princípio da união trabalho e ensino como forma de emancipação da classe trabalhadora.

Assim, a partir do que foi exposto até aqui, a educação “convertia-se em instrumento de dominação ideológica, um meio para que a burguesia se consolidasse como classe hegemônica e, nessa condição, exercesse o poder” (LOMBARDI, 2010, p.336). Portanto, a escola emerge enquanto instituição que dá subsídio à organização da dominação ideológica burguesa sobre a classe trabalhadora.

Segundo Louis Althusser (1985) a escola funciona como Aparelho Ideológico de Estado, isto é, como aparelho que reproduz ideologicamente a dominação burguesa. Ou seja, reproduz a lógica de produção do capital ideologicamente. É conveniente destacar que para Althusser os Aparelhos Ideológicos de Estado são múltiplos em distintas conjunturas históricas, no entanto, no capitalismo a escola é o aparelho central de reprodução ideológica da dominação burguesa.

Althusser parte da concepção de ideologia marxiana para fazer sua análise dos aparelhos ideológicos, isto é, a ideologia aqui não se alinha a uma perspectiva hegeliana, por exemplo. A ideologia “tem uma existência material” (ALTHUSSER,

1985, p.88) que no Estado capitalista tem como base as relações sociais de produção e que, portanto, são fundamentais para a compreensão da dominação ideológica.

O mencionado teórico sustenta sua análise a partir da concepção marxiana de superestrutura e infraestrutura, no entanto, a supera dialeticamente ao incorporar à sua análise a concepção de Estado Ampliado gramsciana, fazendo com que este descreva a escola da seguinte maneira:

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, e desde o maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (...), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro. Por volta do 16º ano, uma enorme massa de crianças entra “na produção”: são os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude escolarizável prossegue: e, seja como for, caminha para os cargos dos pequenos e médios quadros, empregados, funcionários pequenos e médios, pequenos burgueses de todo tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso, seja para cair num semi-desemprego intelectual, seja para fornecer além dos “intelectuais do trabalhador coletivo”, os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (ALTHUSSER, 1985, p.79).

A partir da exposição feita, pode-se considerar que a lógica de reprodução de dominação da burguesia através da formação de novos trabalhadores na atualidade não se difere da elaborada por Althusser, mesmo que analisemos as escolas privadas – geralmente locais onde apesar de haver uma formação mais direcionada à educação continuada, estas ainda assim buscam uma formação que capacite estudantes a ingressarem no mercado de trabalho a um prazo mais longo, ou seja, ainda assim temos uma educação para o trabalho.

O que difere a educação para o trabalho da escola privada e da escola pública é justamente o imediatismo da inserção dos jovens da escola pública em um mercado de trabalho, em cargos mais baixos e mal remunerados.

No entanto, a estrutura curricular dos cursos do ensino básico reaproxima as escolas públicas e privadas, isto é, a estrutura do ensino escolar preza por uma educação técnica e cronometrada no sentido de haver uma despreocupação quanto à criticidade necessária aos conteúdos, fazendo com que os estudantes sejam um repositório de informações que devem ser acumuladas necessárias aos exames tanto para a formação

continuada (ensino superior) quanto para o ingresso imediato no mercado de trabalho (as entrevistas de trabalho).

Acredita-se, então, poder sustentar a hipótese de que a educação contemporânea preza, assim, pela formação para o trabalho dividida em duas formas: a) a educação que forma trabalhadores para ocuparem cargos de chefia (filhos da classe média que apresentam possibilidades de uma formação continuada) e; b) a educação que forma trabalhadores para cargos de baixa remuneração que precisam se inserir no mercado de trabalho imediatamente após a formação básica para garantir parte do sustento familiar.

Para que a reprodução da ideologia burguesa possa se efetivar, a escola precisa ter uma apresentação de neutralidade falseada, isto é,

Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a escola como neutra, desprovida de ideologia (ALTHUSSER, 1985, p.80).

Recentemente pudemos presenciar no Brasil o movimento Escola sem partido¹, que reivindica uma escola livre de posicionamentos críticos em relação à dinâmica social, e que, portanto, vê a escola como ambiente que se assemelha a um banco do conhecimento em que os estudantes são os cofres bancários e os professores os depositadores de informações que serão acumuladas e, segundo a perspectiva do movimento supracitado, renderão percentuais de conhecimento em um dado momento.

Este movimento nada mais é que uma estratégia de dominação burguesa para conservação da estrutura escolar como aparelho ideológico do Estado capitalista consolidado há dois séculos, inibindo, assim, qualquer movimento contra hegemônico de organização de uma estrutura que historicamente surge como forma de reprodução de sua ideologia.

¹ O movimento escola sem partido possui um site com manifesto intitulado “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”. Este manifesto traz logo no início um trecho que nos remete à análise feita por Althusser a respeito da “neutralidade” que a classe dirigente acredita que a escola precisa ter: “A doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores”. (<http://www.programaescolasempartido.org/saiba-mais>. Acessado em 15.07.2017). Vimos que esta neutralidade não passa de uma pseudoneutralidade que interessa à classe burguesa para perpetuação de sua dominação através do que Althusser considera como aparelho ideológico central na sociedade contemporânea, haja vista que a própria defesa de uma pseudoneutralidade já devém um posicionamento isento da própria neutralidade objetivada.

Uma vez garantida a reprodução ideológica da dominação burguesa estará garantida, também, por conseguinte, as relações de produção que, para Althusser, estão asseguradas “pelo exercício do poder do Estado nos Aparelhos de Estado, o Aparelho (repressivo) do Estado, por um lado, e os Aparelhos Ideológicos do Estado, por outro” (ALTHUSSER, 1985, p.73).

Portanto, haja vista o duplo caráter dos Aparelhos Ideológicos de Estado, é possível concluirmos que há uma estreita relação entre estes aparelhos de modo que “os Aparelhos ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica” (ALTHUSSER, 1985, p.70).

A concepção de Aparelhos de Estado de Althusser, dividindo-os em repressivos e ideológicos, tem por base a dualidade de poderes existente no Estado, elaborada por Antonio Gramsci, nos seus *Cadernos do Cárcere: O Estado coercitivo e o Estado consensual*. Os Aparelhos repressivos de Estado estão inseridos no âmbito do Estado coercitivo enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado estão inseridos no âmbito do Estado consensual. Segundo Albuquerque, em texto introdutório à publicação de Althusser realizada pelas edições Graal, a influência de Gramsci na obra de Althusser se dá da seguinte maneira:

As instituições, e com elas, a cultura, as ciências, deixam de ser instrumentos neutros do progresso da humanidade, para tornarem-se lugar de luta de classes pela direção da sociedade. A universidade e a escola, particularmente, deixam de ser uma conquista da humanidade a ser preservada das querelas pequeno-burguesas, para se tornarem não mais instrumentos de saber, mas máquinas de sujeição ideológica (ALBUQUERQUE, 1985, p.17).

Assim, tendo percebido a influência de Gramsci nas elaborações de Althusser, considera-se fundamental a compreensão da formulação teórica do autor italiano a respeito da função da escola na sociedade capitalista.

Foi analisada anteriormente, a concepção de Estado elaborada por Antonio Gramsci em superação dialética da concepção de Estado elaborada por Marx, a concepção de Estado Ampliado. Nesta concepção o conceito de hegemonia é central, de forma que ligado a este conceito, os conceitos de Sociedade Política e de Sociedade Civil são vitais para a compreensão da dinâmica dos embates entre classes existentes.

Como meio de se obter a hegemonia dos projetos (mesmo que temporária) há uma série de instrumentos de ação das classes no âmbito da Sociedade Civil, como os Aparelhos Privados de Hegemonia e os Partidos Políticos.

Convém aqui lembrar que a intelectualidade adquire papel central nas elaborações gramscianas a respeito da dominação de classe haja vista os intelectuais orgânicos são responsáveis pela nacionalização dos projetos até então contra hegemônicos, isto é, são os responsáveis por tornar nacional um projeto de uma classe ou fração de classe.

É neste momento que as escolas são parte fundamental na lógica de construção de hegemonia, isto é, responsáveis por criar consenso em sociedade a respeito da reprodução da base ideológica do projeto que objetiva a hegemonia, funcionando, assim, como Partido Político na lógica da elaboração teórica de Antonio Gramsci. Crê-se, então, que dois conceitos são passíveis de análise neste momento para a compreensão da elaboração teórica de Gramsci em torno da escola: o conceito de Intelectuais Orgânicos e o conceito de Partido Político.

Em seu caderno 12, escrito em 1932, intitulado “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”, Gramsci (2014) aponta a respeito da existência de duas formas de intelectuais, a primeira:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2014, p.15).

Essa camada de intelectuais, criada pelo grupo social, é responsável por organizar a vontade coletiva, isto é, tem uma “certa capacidade dirigente e técnica” e, portanto, “deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua empresa², dos compradores de sua mercadoria” (GRAMSCI, 2014, p.15), os intelectuais criados por determinado grupo social são, portanto, os intelectuais orgânicos, que possuem como função central a organização da vontade coletiva e a nacionalização, posteriormente, deste projeto de classe.

A segunda forma de existência dos intelectuais se dá da seguinte maneira:

² Gramsci menciona a empresa neste momento, pois utiliza os empresários como exemplo de grupo social que cria intelectuais orgânicos a fim de garantir a organização da vontade coletiva em torno do seu projeto.

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou (...) categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais políticas (GRAMSCI, 2014, p.16).

Portanto, “seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2014, p.18), isto é o que Gramsci conceitua de intelectuais tradicionais frente ao conceito anteriormente demonstrado de intelectuais orgânicos.

Percebemos, a partir do conceito de intelectuais em Gramsci, que as elaborações feitas por Althusser falham na localização do sujeito histórico, isto é, há certa preocupação por parte de Althusser em demonstrar as instituições de defesa dos interesses da classe burguesa, entretanto, apresenta sua dinâmica a partir da sua relação com o Estado, mas não demonstra sua constituição interna, isto é, sua dinâmica de formação e de construção de sua hegemonia como Aparelho de Estado, mesmo demonstrando sua função como reprodutora ideológica da dominação.

Gramsci analisa com maestria a relação constante entre intelectuais orgânicos e Estado Restrito, de modo que apresenta sua função e sua gestação enquanto intelectuais orgânicos conforme trechos citados, anteriormente, isto é, estes emergem enquanto intelectuais orgânicos a partir da sua relação constante com todos os grupos sociais e, de forma mais latente, com os grupos sociais inseridos no Estado Restrito, com as frações burguesas que se constituíram enquanto classe dirigente.

Foi visto, então, que a categoria dos intelectuais é fundamental na compreensão da dinâmica de elaboração de projetos a serem nacionalizados, no entanto, nos resta uma questão-problema a resolver: quais os fundamentos da escola que tem conexão direta com o conceito de intelectuais orgânicos em Gramsci? E mais, qual a função da escola na dinâmica de nacionalização dos projetos, base da construção da hegemonia de acordo com o teórico italiano?

A escola funciona como instituição dotada de meios organizados para a formação dos intelectuais orgânicos, assim, segundo a concepção de Antonio Gramsci, as escolas funcionam como Partido Político que aciona as bases organizativas à nacionalização do projeto realizada pelos intelectuais orgânicos, isto é, “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 2014, p.19).

Convém lembrar que a escola elabora os intelectuais tradicionais que poderão exercer funções de intelectuais orgânicos em sociedade, ou seja, “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata (...) mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (GRAMSCI, 2014, p.20).

Neste sentido, a escola cria uma das bases possíveis para formação dos intelectuais, mesmo que os intelectuais orgânicos não necessariamente precisam da educação formal como prerrogativa de sua existência e de sua função nos embates entre classes. No entanto, no jogo da disputa por hegemonia exercem a função, como anteriormente mencionado, de Partido Político, isto é,

É precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido mais precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política (GRAMSCI, 2014, p.24).

Assim, a escola funciona como organismo diretivo das vontades da classe dirigente como vontade geral, portanto, reprodutora – através dos intelectuais orgânicos – do projeto burguês. Aqui se destaca precisamente o formato da escola na sociedade contemporânea que objetiva o acúmulo de conteúdos em detrimento de uma educação sistematizada e planejada em torno da educação humanitária e de caráter emancipador, sobretudo, por não ser interesse da classe burguesa uma educação que Gramsci chamara de unitária. Então, ao longo das diversas conjunturas históricas foram criadas escolas que direcionavam o ensino à profissionalização necessária à reprodução da engrenagem do sociometabolismo do capital, portanto,

Ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de “humanista” (e que é o tipo tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa especificação. Pode-se dizer, aliás, que a crise escolar que hoje se difunde liga-se

precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido (GRAMSCI, 2014, p.33).

Crê-se na precisão da análise gramsciana apenas destacando uma ressalva: há uma série de princípios estabelecidos de forma subliminar na educação de modo a orientar o ensino para a subsunção real do trabalho ao capital, isto é, a formação tem como princípio a formação do exército industrial de reserva capacitado ao mercado de trabalho como forma de garantir a expropriação da massa de trabalhadores que são levados à competição constante em busca de formas de emprego precárias existentes.

A partir da constatação da crise da escola, Antonio Gramsci elabora sua proposição a respeito da organização escolar com base na união trabalho e ensino, elaborada por Marx e Engels. Assim, considera-se fundamental a análise do princípio da união trabalho e ensino para que possamos retornar à elaboração gramsciana de escola unitária.

O princípio da união trabalho-ensino foi elaborado por Marx como meio de superação da educação formal tida pela classe operária durante o século XIX que tinha como principal objetivo a educação para o capital, isto é, a qualificação da classe trabalhadora para a produção.

As análises marxianas então se voltam a esta questão de forma a superar o modelo educacional burguês com o objetivo de propor uma educação que promovesse a emancipação da classe trabalhadora, modelo este que seria fundamental para as elaborações posteriores de um modelo de “educação para além do capital” como sugeriria um século depois István Meszáros.

É válido lembrar que Marx não possui uma obra direcionada especificamente a este tema, no entanto, ao longo das suas análises a respeito do modo de produção capitalista em diversas obras, acaba por se debruçar em críticas ao modelo educacional burguês, pois este é um dos aspectos da lógica de reprodução da dominação da classe burguesa.

Segundo Lombardi (2010), o tema da educação é discutido por Marx e Engels a partir de “três movimentos articulados (ou indissociados)” (LOMBARDI, 2010, p.231): a) uma crítica do ensino burguês; b) análise da educação do proletariado a partir da análise do modo de produção capitalista e; c) o delineamento de “premissas gerais para a educação do futuro” (LOMBARDI, 2010, p.231).

A partir deste trajeto de análise, Marx chega à conclusão de que a categoria trabalho é fundamental para se pensar uma “educação para o futuro” de modo diverso do trabalho na dinâmica educacional burguesa, o trabalho relacionado ao ensino é fundamental para formação do proletariado como sujeito histórico emancipado. Portanto, para que o proletariado pudesse reverter o quadro de dominação existente deveria conhecer todos os estágios da produção. Só assim o proletariado estaria apto a conduzir a revolução em direção à tomada dos meios de produção sob o monopólio da burguesia industrial.

Assim, a categoria do trabalho em Marx na concepção educacional tem que estar vinculada ao ensino teórico de modo que seja superada a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual imposta pelo modo de produção capitalista como forma de subsunção do trabalho ao capital. Logo, “Marx, na perspectiva da práxis, ocupa-se da natureza e do sentido (alienador ou emancipador) dos processos educativos imanentes a todas as práticas e atividades humanas à questão da escola” (FRIGOTTO, 2010, p.09). Assim, a categoria trabalho,

Ilustra bem essa relação contraditória em face do processo de formação humana: de um lado, a negação do homem e, ao mesmo tempo, criação de possibilidades para a emancipação social. Essa contradição que perpassa toda a sociabilidade estranhada, coloca-se também, logicamente, na perspectiva da educação. No contexto das relações estranhadas, o processo amplo de formação do homem encontraria a possibilidade de superar as relações vigentes, erigindo uma nova ordem social, na qual seja possível viabilizar o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Em decorrência disso, o problema fundamental da educação, no entendimento de Marx, vai localizar-se essencialmente no processo de formação do proletariado, por ser esse o agente que sofre mais intensamente a opressão do capital e por ser ele, conseqüentemente, o portador das condições mais favoráveis para conduzir o processo das relações estranhadas (SOUSA JUNIOR, 2010, pp. 25-26).

A questão da educação em Marx está, então, direcionada à revolução, à emancipação do homem em uma perspectiva ontológica e não somente como classe. Obviamente que por se tratar de um Estado em que a luta de classes é constante, a análise marxiana parte da emancipação da classe trabalhadora a partir de sua conscientização enquanto classe em si e para si, no entanto, a proposta é de uma educação para o futuro, isto é, para uma sociedade que caminharia para a extinção das classes. Assim,

Mais do que tudo, aqui o conceito de revolução assume de maneira especial uma perspectiva pedagógica, porque indica uma transformação jamais vista, pois pela primeira vez o homem passaria por um processo de educação cuja finalidade seria a de criar pela ação teleológica, ou seja, pensada, planejada, definida conscientemente pelo próprio homem segundo suas necessidades e anseios de liberdade, uma sociabilidade nova, sob o controle da coletividade livre (SOUSA JUNIOR, 2010, p.26).

Neste processo educacional os trabalhadores são figuras centrais como intelectuais responsáveis pela direção do movimento revolucionário não somente pegando em armas, mas criando consenso através do caráter organizativo da educação libertadora. É nesta perspectiva que emerge o princípio da união trabalho e ensino, sendo, portanto, “no seio da luta de classes em disputa pela posse e controle das forças produtivas que são geradas as teorias sobre como os homens devem ser educados e em qual direção” (PEIXOTO, 2014, p.243).

A direção que deve ser seguida para a emancipação do homem, portanto, requer então um rompimento com a estrutura do sociometabolismo do capital, esse rompimento só pode acontecer por meio da emancipação do homem com uma educação estruturada de acordo com as pautas revolucionárias, que, segundo Sousa Junior (2014), se dividem em dois momentos: a) o primeiro relacionado à formação teórico-política dos sujeitos e; b) a segunda que tem como base a reorganização da sociedade que surge após a práxis revolucionária.

Assim, o princípio da união trabalho-ensino, surge como “proposta para atenuar as mazelas causadas pelas condições do trabalho” e como “proposta que se apresenta vinculada diretamente ao mundo contraditório do trabalho abstrato” (SOUSA JUNIOR, 2014, p.44). É perceptível, então, que a proposta educacional de Marx deve ser aplicada em um estágio de transição às lutas revolucionárias, haja vista que é fundamental, como demonstrado, no processo de educação teórica e prática dos sujeitos históricos envolvidos na condução do processo revolucionário.

Portanto, diferentemente do que alguns teóricos da educação possam pensar, a elaboração marxiana da educação não preza somente pela sua aplicação em um Estado em que o socialismo esteja consolidado como estágio transitório ao comunismo (isso seria o segundo momento – a chamada onilateralidade), pelo contrário, é uma das bases de organização para se chegar à revolução bases essas fundamentadas no tripé: trabalho, escola e práxis político-educativa (SOUSA JUNIOR, 2014, p.56), que deve, portanto,

ser seguido e aplicado em uma sociedade capitalista em que as contradições no mundo trabalho são constantes e a exploração a mola propulsora da engrenagem da dominação capitalista.

Neste sentido que surgem as diversas concepções em torno da escola que daria os fundamentos à classe trabalhadora de superação da sociedade capitalista e a implementação, por meio da revolução, de uma sociedade em que a classe trabalhadora seria detentora dos meios de produção e conhecedora de todos os estágios da produção, rompendo com a divisão do trabalho que cada vez mais eleva a taxa de mais valor (tanto absoluto quanto relativo). É, portanto, a partir deste pressuposto que emergem algumas concepções de escola que pretendem dar centralidade à luta dos trabalhadores: a) a escola politécnica e; b) a escola unitária.

Relacionado ao conceito de politecnicidade, tem-se o conceito de onilateralidade que “são dois conceitos distintos que se opõem mutuamente, mas que, na proposta de Marx se complementam” (SOUSA JUNIOR, 2014, p.74). Assim,

Enquanto a politecnicidade diz respeito a um tipo de formação do indivíduo trabalhador no âmbito da produção capitalista, a onilateralidade se refere à formação do homem mesmo, ou seja, do homem que se libertou das determinações da sociedade burguesa negadora da humanidade livre (SOUSA JUNIOR, 2014, p.74).

Pode-se, então, considerar o conceito de politecnicidade diretamente relacionado ao modo de produção capitalista, não como modelo educacional burguês, mas como modelo gestado a partir das contradições do capital necessário à superação da sociedade burguesa a caminho da onilateralidade.

O modelo politécnico de educação preza pelo conhecimento universal dos estágios da produção pelos trabalhadores, capacitando o trabalhador para a apropriação dos meios de produção, portanto vinculado à “realidade da produção burguesa” (SOUSA JUNIOR, 2014, p.80), enquanto a onilateralidade

Diz respeito a uma formação humana de caráter mais amplo, que depende da ruptura com a sociabilidade burguesa, com a correspondente divisão social do trabalho, com as relações de alienação e estranhamento, com o fetichismo, com o antagonismo de classes (SOUSA JUNIOR, 2014, p.80).

Pistrak (2015) aponta a respeito das características necessárias a uma escola politécnica para que o objetivo desta seja alcançado: a) a participação direta das

crianças no trabalho produtivo; b) o conhecimento na teoria e na prática dos princípios científicos gerais de todos os processos de produção; c) a união do trabalho produtivo com a educação física e o desenvolvimento intelectual (PISTRAK, 2015, p. 21).

A participação da criança no trabalho produtivo, com carga horária reduzida, leva a uma formação para a compreensão da dinâmica da produção em seus diversos estágios. Este princípio é fundamental para a posterior manutenção dos meios de produção da classe trabalhadora. O desenvolvimento intelectual, então, se faz necessário como forma de garantir a hegemonia do projeto proletário em suas dimensões político-sociais que possibilitará a reorganização das relações econômico-sociais em torno da organização da sociedade nova que emergirá após o movimento proletário revolucionário. Chega-se, portanto, na chave de compreensão da escola unitária de Antonio Gramsci: o desenvolvimento intelectual, associado, obviamente à práxis revolucionária.

Foi demonstrado anteriormente que a função da escola na sociedade capitalista, de acordo com a concepção gramsciana, é dar base organizativa à ação dos intelectuais orgânicos de modo a criarem consenso na massa de homens em torno do projeto de uma fração de classe. Isto leva a escola a possuir uma estrutura que beneficie, portanto, a classe burguesa de modo que garanta as bases do consenso de seu projeto que, por conseguinte, estruturará a escola em torno de uma formação puramente técnica que inibirá a emancipação do homem a partir de uma educação humanista. Assim, Gramsci detecta uma crise da escola propondo então um novo modelo organizativo que possibilite uma formação universalista e humanitária. Para Gramsci (2014), portanto, a solução para a crise da escola seria uma,

Escola crítica de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 2014, p.34).

É notável, através do trecho em destaque, que o princípio da união trabalho e ensino, elaborado por Marx, está presente na obra gramsciana e que as crianças na concepção da escola unitária precisariam compreender a dinâmica da produção capitalista desde as séries iniciais para uma posterior superação desta através da formação teórica combinada ao trabalho.

No que tange ao currículo escolar, Gramsci traz a perspectiva de uma educação conforme a faixa etária da criança, demonstrando que são necessários vários níveis desta educação escolar com o objetivo de “inserir os jovens na atividade social” (GRAMSCI, 2014, p.36) após um período de formação de cultura ampla e humanista. Para tanto haveria a necessidade de ampliação do corpo docente para que os diversos níveis educacionais fossem atendidos satisfatoriamente em suas diversas modalidades de ensino: tanto o ensino de conhecimento das forças produtivas quanto o ensino de cultura geral.

Ainda no que diz respeito à estrutura curricular da escola Gramsci disserta que,

O nível inicial da escola elementar não deveria ultrapassar três-quatro anos e, ao lado do ensino das primeiras noções “instrumentais” da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história), deveria desenvolver sobretudo a parte relativa aos “direitos e deveres” atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, enquanto elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas³. O problema didático a resolver é o de abrandar e fecundar a orientação dogmática que não pode deixar de existir nestes primeiros anos. O resto do curso não deveria durar mais de seis anos, de modo que, aos quinze ou dezesseis anos, já deveriam estar concluídos todos os graus da escola unitária (GRAMSCI, 2014, pp.37-38).

Quando destaca a respeito da necessidade das concepções de Estado e sociedade como “elementos primordiais de uma nova concepção do mundo” podemos perceber que o caráter formativo em Gramsci é necessário no seio das relações de produção capitalistas, o que demonstra sua aproximação com a concepção de politecnia como modelo a ser aplicado antes da transição socialista ao comunismo, a escola funciona então como ferramenta formativa revolucionária.

Assim, a escola unitária tem uma relação estreita com os aspectos econômicos da sociedade capitalista e a compreensão da engrenagem capitalista se faz, portanto, fundamental aos jovens em formação. Eis, portanto, a preocupação existente neste momento em analisar os conceitos econômicos da contemporaneidade mais utilizados

³ O conceito de folclore em Gramsci tem uma estreita relação com o senso comum e filosofia. De modo que pode ser considerado até um mosaico de concepções de mundo não sistematizadas. Segundo Boninelli (2017) em verbete escrito no Dicionário Gramsciano “instaura-se uma imediata ligação entre folclore, senso comum e filosofia, relação que constitui o primeiro bloco de termos (visão e concepção do mundo, religião, bom senso, conformismo, tradição, moral etc.) que vão compondo uma rede conceitual em torno do lema “ideologia” (BONINELLI, 2017, p.307).

nos livros didáticos da escola formal burguesa como forma de superação da barreira existente no ensino básico ao ensino de História Econômica.

O objetivo aqui proposto não é o de sistematizar um ensino politécnico ou de escola unitária neste momento, mas minimamente trazer discussões em torno do modo de produção capitalista que possam permitir aos estudantes do ensino básico o mínimo de conhecimento a respeito da economia contemporânea tão negligenciada no ensino básico.

Além do que já foi mencionado a respeito da escola unitária, é fundamental perceber que ela não se encerra em si, sendo necessário que haja uma série de outras instituições que deem subsídio ao funcionamento da escola unitária, para que mesmo antes de entrarem na escola as crianças possam ter experiências de coletividade, como em uma rede creches que já possuam uma organização introdutória à vida escolar.

Uma problemática em torno do conceito de escola unitária diz respeito à análise gramsciana da função do Estado em relação ao funcionamento desta instituição de modo que Gramsci considera que a escola unitária

Requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família no que toca à manutenção dos escolares, isto é, requer que seja completamente transformado o orçamento do ministério da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos de castas (GRAMSCI, 2014, p. 37).

Quando foi feita a referência à problemática no conceito de escola unitária e a função do Estado neste sistema educacional, trata-se do seguinte questionamento: se o Estado precisa exercer esta função no que tange ao funcionamento da escola unitária e, partindo do pressuposto que, assim como a escola politécnica, o modelo de escola elaborado pelo teórico sardo requer estruturação no seio do Estado capitalista, como poderia este Estado fazer investimentos educacionais em um sistema escola que objetiva sua superação?

A única solução a essa problemática é que o modelo de escola unitária perpassa pelos modelos de educação anteriormente mencionados, isto é, o modelo politécnico e o modelo educacional onilateral, pois, ao mesmo tempo que preza pela educação técnica, a escola unitária objetiva a educação da cultura de forma ampla e universalista. Assim, mesclando momentos distintos de desenvolvimento do Estado, isto é, a aplicação

durante o modelo de Estado capitalista e o momento de sua superação pela via revolucionária, mesmo que a via revolucionária em Gramsci não tenha uma base marxista-leninista, mas pela via de construção de consenso a partir de estratégias que garantam a hegemonia de projetos elaborados no âmbito da sociedade civil.

Acredita-se, portanto, que seja fundamental uma educação de cultura ampla e geral vinculada ao mundo trabalho, ou seja, vinculada ao conhecimento dos estágios das relações de produção por parte das crianças a fim de que possamos ter gerações que possam se posicionar criticamente frente às relações capitalistas contemporâneas.

Tendo percebido esta deficiência no ensino básico atual que nos propomos a discutir conceitos econômicos fundamentais para compreensão da dinâmica capitalista contemporânea. Não queremos, obviamente, reduzir esta dinâmica ao economicismo vulgar, mas tratá-lo como fundamental para a compreensão da dinâmica social do Estado capitalista.